



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELLECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/1225>

DOI: 0

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2021 by Escola Superior de Guerra. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

ESTRATÉGIAS MILITARES NA ANTIGUIDADE TARDIA INICIAL (313-350 d.C.): CONTINUIDADES E RUPTURAS

Jefferson Ramalho*
Claudio Umpierre Carlan**
Pedro Paulo Abreu Funari***

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo evidenciar a importância das estratégias de guerra no cenário político-militar romano da Antiguidade Tardia, em particular dos primeiros decênios do século IV de nossa era. Apesar de apresentarmos, em linhas gerais, uma descrição inicial do exército romano e das suas características em uma perspectiva de longo prazo, nossa atenção será, sobretudo, dedicada ao período constantiniano e, de maneira especial, às batalhas travadas entre Constantino e seus cunhados Maxêncio e Licínio, nos anos 312 e 324. Exemplificando esses contextos militares e seus detalhamentos, no que estão incluídos alguns dados numéricos das tropas e das estratégias de defesa e de combate, procuramos observar não apenas as informações fornecidas pela documentação literária da época, mas também aquilo que nos revelam fontes materiais relativas à propaganda imperial da época, procedentes da numismática, da arquitetura e da estatuária.

Palavras-chave: Antiguidade Tardia. Roma. Constantino. Batalhas. Cultura material.

*MILITARY STRATEGIES IN THE INITIAL LATE ANTIQUITY (A.D. 313-350):
CONTINUITIES AND BREACHES*

ABSTRACT

The paper aims at highlighting the role of war strategy in the early period of Late Antiquity, in the first half of the 4th. C. Starting with a general overview of the Roman

* Doutor em História Cultural do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Pós doutorando em Ciência da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: cafeacademico@yahoo.com.br

** Professor Adjunto de História Antiga da Universidade Federal de Alfenas/MG
E-mail: claudio.carlan@unifal-mg.edu.br

*** Professor Titular do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: ppfunari@uol.com.br

army in a long term perspective, the paper studies in detail the reign of Constantine, particularly involving himself and Maxentius and Licinius (312-324 AD). The paper discusses military contexts, troop numbers, defense and offense strategies, using literary sources, but also material evidence, including numismatics, architecture, and statuary.

Keywords: Late Antiquity. Rome. Constantine. Battles. material culture.

ESTRATEGIAS MILITARES EN LA ANTIGÜEDAD INICIAL TARDÍA (313-350 d.C.): CONTINUIDADES E INCUMPLIMIENTOS

RESUMEN

El artículo busca a valorar la importancia de las estrategias de guerra en el escenario político y militar romano de la Antigüedad Tardía a principios del siglo IV de la Era. Empezamos con una descripción del ejército romano en largo plazo, para detenerse al periodo de Constantino y las batallas con Majencio y Licinio, entre 313 y 324. Estes contextos militares son detallados, incluyendo datos numéricos de tropas, estrategias de defensa y ataque, a partir de las fuentes literarias y de la evidencia material (numismática, arquitectura y estatuaria).

Palabras clave: Antigüedad Tardía. Roma. Constantino. Batallas. Cultura material.

1 INTRODUÇÃO

A Antiguidade Tardia tem recebido cada vez mais atenção por parte dos estudiosos. Há grande discussão sobre a baliza desse período, mas o uso desse termo enfatiza continuidades com o antigo. O Edito de Milão, em 313, com a permissão do culto cristão foi encarado como ruptura, até mesmo como fim da Antiguidade e início da Idade Média, como ainda no início do século XX nas prestigiosas Cambridge Ancient (1924-1939) e Medieval History (1911-1937). Desde a década de 1960, ao menos, a preocupação com o caráter antigo do Mediterrâneo estendeu essa Antiguidade, agora chamada de Tardia, bem adiante, até o ano 800, para muitos, numa imensa área que vai da Pérsia à Europa Ocidental, do Marrocos à Etiópia.

Nesse amplo arco de tempo, o antigo ponto de início da Idade Média, com Constantino e a permissão do culto cristão, merece destaque, tanto pelas continuidades, como pelas rupturas. Isso ocorre em muitos aspectos, daí que neste artigo tenhamos tratado da estratégia, aspecto delimitado e que sempre está à

volta com continuidades e a tradição e com as mudanças e novidades. Para isso, centramos o artigo no período inicial da Antiguidade Tardia, a partir da tradição literária e de uma moeda, de modo a explorar como a estratégia atesta uma antiguidade, ainda que modificada. Começamos por uma apresentação panorâmica da estratégia romana mais antiga, sua trajetória e mudanças, para tratar, em seguida, do período de Constantino, relatado pela tradição textual, e apresentamos uma moeda do Museu Histórico Nacional para ilustrar permanências e mudanças.

2 ESTRATÉGIAS MILITARES, UMA VISÃO DE LONGO PRAZO

O exército romano esteve, desde os primórdios, no centro da sociedade romana (RODRÍGUEZ-GONZÁLEZ, 2003). Assim como outras cidades do Mediterrâneo antigo, a cidadania estava em estreita ligação com o serviço militar, de modo que camponês, soldado sazonal e cidadão coincidiam. A expansão imperial helenística, no século IV a.C., viria a alterar isso, na medida em que os soldados passaram a ser profissionais e mercenários, a serviço do monarca. Na Península Itálica, Roma também se fundava na unidade camponês/soldado sazonal/cidadão, mas com uma característica particular, que facilitou muito sua expansão: a incorporação total ou parcial de camponeses/tropas/cidadãos itálicos. Isto permitiu que houvesse uma expansão do poder (*imperium*) romano em uma extensa área, na Itália, com um exército camponês (SIDEBOTTOM, 2004).

A Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.) viria a iniciar um processo de guerras prolongadas e distantes, que inviabilizariam a continuidade do exército de camponeses sazonais. Essas mesmas guerras levaram à conquista de extensas áreas no Mediterrâneo, ao aumento das trocas comerciais, à escravização em massa e ao aumento das propriedades rurais escravistas, ao estabelecimento de veteranos no campo, assim como à crise dos pequenos proprietários. Estes eram os camponeses que formavam o exército cidadão. O aumento das desigualdades e dos conflitos, assim como o acúmulo de riqueza, contribuíram para a transformação do exército em força profissional e permanente, pago pelo botim (*praedae*), por intermédio dos grandes comandantes. Mário, em 111 a.C., inaugurou este novo alistamento voluntário e voltado não mais aos camponeses, mas aos proletários. As guerras civis foram diretamente resultado dessa nova situação, que só se estabilizaria com Augusto (31 a.C.) e a vinculação do exército a um único general (*imperator*), o imperador. A Paz Romana (31 a.C.-235 d.C.) fundou-se nesse exército imperial profissional e permanente, dependente da administração imperial para seu

abastecimento, por meio da *annona militaris* (REMESAL, 1997), formada também por tropas étnicas auxiliares (como hispanos e batavos, entre outros), todas a compartilhar o idioma latino e à ocupação do território por meio de terras dadas aos veteranos por todo o Império.

A estratégia militar romana esteve em função da sua posição na sociedade. Durante os séculos iniciais, o exército de camponeses cidadãos e forças auxiliares de aliados constituía-se numa máquina ofensiva, com também grande ênfase em uma logística fundada numa *res publica* compósita por cidadãos de direitos variáveis e na repartição de poderes civis e militares articulados. Os revezes, sempre inevitáveis, em alguns momentos e circunstâncias, eram superados pela resiliência dessa *res publica*, cuja flexibilidade era única pela capacidade de incorporação de aliados. Embora isso seja característico de impérios em geral, como o caso notável dos otomanos, os romanos mesclavam cidade-estado e império, desde muito cedo.

A estratégia ofensiva ante o adversário externo passou a contar com um fator inédito a partir da reforma de Mário (111 a.C.), na forma das disputas entre os próprios romanos. Isso ocorreu por um período entre a Guerra Social (91 a.C.) e a supremacia de Otávio (31 a.C.), e por seis décadas as lutas intestinas conviveram com guerras externas e contínua expansão. A partir daí, durante a Paz Romana, houve uma mudança estratégica fundamental, da ofensiva para a ocupação, a despeito das diversas ofensivas militares que ocorreram nesses dois séculos, sempre em regiões marginais. O grosso das tropas passou a se constituir em assentamentos de controle, em um império cujas cidades já não se amuralhavam. Neste contexto, a estratégia defensiva adquiria uma relevância como nunca antes, com o estabelecimento de linhas defensivas, com fortificações no que os modernos chamariam de Limes, ou fronteiras fortificadas (ISAAC, 1988). Essa foi uma mudança estratégica substancial, ao privilegiar a proteção do território, frente a possíveis agressores externos. Durante esse longo período, a multiplicação de acampamentos militares estáveis e a integração dos soldados à população local forjou uma sociedade no entorno mesclada, nos *uici*. O *uicus* passa a ser um lugar de sociabilidade importante em toda parte, em particular no Ocidente romano.

As guerras civis (235-284 d.C.) testemunharam a mobilização dos exércitos, agora contra outras tropas romanas. Em termos estratégicos, as cidades ameaçadas por tropas romanas estabelecem muralhas para proteção de parte da população, que diminui nos centros urbanos. As tropas voltam-se não só para o combate em campo aberto a outras tropas romanas, mas também para o assédio de cidades controladas ou aliadas dos adversários. Em paralelo, as invasões de povos externos,

em especial germanos, mas não só, levaram a estratégias defensivas (LUTTWAK, 1976). No período tardio, com o declínio das lutas intestinas e a reorganização da administração civil e militar, o exército consolida seu caráter defensivo (CARLAN, 2007a), com a crescente introdução de tropas de bárbaros assentados em território romano (CAMERON, 1993). A perda do controle das províncias ocidentais no início do século V d.C. viria a consolidar os diferentes destinos do antigo Império, que continuaria por mais mil anos no Oriente, para desaparecer no Ocidente (O'FLYNN, 1983; HEATHER, 2005).

Diocleciano e Constantino são de particular importância para o conhecimento desse processo (CARLAN *apud* HERNÁNDEZ DE LA FUENTE, 2011). Diocleciano (284-305) conseguiu reorganizar o império e o exército, por meio de uma divisão administrativa, acompanhada de uma centralização que pudesse pôr fim aos conflitos de tantas décadas (235-284). A Tetrarquia (293-313) dividia o poder entre quatro governantes, dois a Ocidente e dois a Oriente (CLARK, 2011). Constantino conseguiu tanto centralizar o poder, na forma de uma monarquia (324-337), como consolidar a divisão entre Ocidente latino e Oriente grego (FRIGHETTO, 2000), com a fundação de Constantinopla, a segunda Roma (330 d.C.). Constantino, neste aspecto, ocupa uma posição de particular relevância, ao representar de forma única os desafios dessa Antiguidade Tardia (MAIER, 1998). Em seguida, alguns desses aspectos são apresentados, de forma a ressaltar permanências, novos usos e inovações e a demonstrar como as evidências literárias e arqueológicas podem ser usadas para iluminar o tema da estratégia militar.

3 A BATALHA DA PONTE MÍLVIA (312): O TRIUNFO DE CONSTANTINO SOBRE MAXÊNCIO

Para tratarmos de maneira específica a experiência de Constantino em relação à guerra e às estratégias militares, podemos salientar dois casos particulares, sendo o primeiro a Batalha da Ponte Mílvia, em 312, por meio da qual ele teria derrotado Maxêncio, o qual, além de seu coimperador no Ocidente, era seu cunhado. Constantino, pouco tempo antes, se casara com Fausta, filha do velho Maximiano. O segundo caso será a luta de Constantino contra Licínio, em 324, também seu cunhado, pois este era casado com sua irmã Constância desde 313.

Para tratarmos desses dois episódios, devemos recorrer às obras de Lactancio (*De mortibus persecutorum*), Eusébio de Cesareia (*História Eclesiástica e Vita Constantini*), todas do século IV, contemporâneas a Constantino, além da tardia

obra do autor politeísta Zósimo (*Nova História*). Para que não fiquemos apenas nas representações literárias, podemos citar aquelas dos frisos constantinianos, esculpidos no chamado Arco de Constantino, que retratam cenas do percurso de Constantino e suas tropas, desde a saída de Milão até a entrada triunfal, em Roma, após derrotar Maxêncio, além das estátuas de Constantino nas quais ele estava representado com vestes militares.

Constantino, enquanto seu pai Constâncio Cloro exercia a função de César em parte do Ocidente, recebia a sua formação militar sob a autoridade máxima de Diocleciano. O Livro I da *Vita Constantini* (GURRUCHAGA *apud* CESAREA, 1994) é detalhista ao tratar desse processo de amadurecimento do imperador no que tange às questões de guerra. Portanto, quando chegasse ao ano 312, e ele se visse diante de sua primeira mais importante batalha, já não seria um inexperiente no que se referia ao uso das armas e das estratégias militares.

A propósito, pouco antes de seu pai Constâncio morrer em York no ano 306, Constantino o encontraria próximo à cidade francesa de Bolonha (Bolonha sobre o Mar) quando se mudou para o norte do império. Essa cidade teria sido o cenário de uma vitoriosa campanha contra os chamados pictos escoceses (FRANCO *apud* CESAREA, 2009, p. 111; GURRUCHAGA *apud* CESAREA, 1994, p. 161 e 164) Lactancio e Eusébio, contudo, não fornecem maiores detalhes acerca dessa luta contra os escoceses (CAMERON; HALL, 1999, p. 198).

O Constantino da Batalha da Ponte Mílvia, em 312, portanto, é um Constantino que já não parece ser debutante em matéria de guerra. Embora já dominasse os territórios herdados do poder antes pertencente ao seu pai (Bretanha, Gália e Espanha), sua grande ambição naquele momento decerto era a capital Roma. Para conquistá-la, porém, era preciso derrubar Maxêncio, ou seja, aquele que exercia a função de Augusto no Ocidente e, por consequência, tinha a cidade de Roma como sua sede imperial.

O exército de Maxêncio era, sem dúvida, superior às tropas de Constantino, pois recebera parte dos soldados que antes pertenceram ao exército de Severo, além daqueles que antes pertenceram às tropas de seu pai Maximiano, além daqueles arregimentados por ele próprio após derrotar outros exércitos. De acordo com o *Panegírico de 313*, o exército de Maxêncio era composto por cerca de 100 mil soldados. Segundo Zósimo (*Nova História* II, 15.2), o número ultrapassava 170 mil homens. Já o exército de Constantino teria cerca de 90 mil soldados de infantaria e oito mil cavaleiros (FRANCO *apud* CESAREA, 2009, p. 128). Ramón Teja, em diálogo com outros estudiosos ao tratar a respeito do exército de Maxêncio, conclui que:

[...] as tropas posteriormente recrutadas devem ter saído, efetivamente, em sua maioria, conforme aponta Lactancio, de soldados do norte da África que se alistaram durante e depois da campanha recém-vitoriosa sobre Lúcio Domício Alexandre. Os mouros são certamente a famosa cavalaria (*equi Mauri*) que desempenhara um importante papel militar na história desta época. [...] Entre essas tropas também havia contingentes recrutados na Itália. [...] Em relação às forças presentes, os números fornecidos por Zósimo, além dos *Panegíricos IX 3.3 e 5.1-2*, são pouco confiáveis, embora haja acordo de que, como Lactancio aponta, eram mais numerosos os de Maxêncio, ainda que em uma proporção de três para um, mesmo que em qualidade inferior (TEJA, 1982, p. 188; PASCHOUD, 1971, p. 204-205; MORÓN, 1992, p. 190).

Ao se referir à trajetória bélica que culminou na Batalha da Ponte Mílvia, Teja observa que “a primeira batalha importante se deu nas proximidades de Verona, onde Maxêncio teria transferido o melhor do seu exército para guarnecer a região dos Alpes, prevendo um ataque de Constantino ou Licínio” (TEJA, 1982, p. 188-189). Nesse primeiro confronto, devido à inferioridade numérica, Constantino vivera o momento mais complexo da guerra contra Maxêncio, o que se confirma na narrativa eusebiana (*História Eclesiástica IX, 9.3*). Depois, porém, já estando próximo de Roma, Constantino teria mobilizado seu exército para um ponto mais próximo da cidade, conseguindo se posicionar na região da chamada Ponte Mílvia, conforme narra Lactancio (*De mortibus persecutorum 44, 1-9*).

O embate entre Constantino e Maxêncio diz respeito, portanto, a um conflito entre um imperador que atua nas regiões da Gália e da Bretanha e outro que atua em Roma, em toda a Itália e em outros pontos do ocidente imperial. Segundo Eusébio, Constantino pretendia libertar Roma das opressões de Maxêncio. Para legitimar “[...] a investida de Constantino, era importante salientar que este firmara uma aliança com o Deus dos cristãos, que resultaria no triunfo de seus soldados em três sucessivos confrontos contra as tropas do imperador Maxêncio” (RAMALHO, 2013, p. 194).

Eusébio detalha que do lado de Maxêncio havia incontáveis batalhões ocupando todos os campos, espaços, além de cidades, não só ao redor de Roma, mas por toda a Itália que estava sujeita ao seu domínio, tamanha era a grandeza militar do seu exército. Porém, tendo Constantino conseguido atacar a superioridade

de seu adversário, avançou o máximo possível por toda a Itália até chegar muito próximo de Roma, onde se situava uma ponte que havia sido preparada como armadilha por Maxêncio. Segundo Argimiro Velasco-Delgado, “os primeiros ataques de Constantino às tropas de Maxêncio teriam ocorrido próximo de Turim, Brécia e Verona” (VELASCO-DELGADO *apud* CESAREA, 2008, p. 575).

Acerca da localização da Ponte Mílvia e, por consequência, da luta entre as tropas Maxêncio e Constantino, há que serem conferidos os textos de Moreau (1952, p. 369-373; 1954, p. 432) em seu comentário à obra de Lactancio. Para ele, seguindo a informação “do antigo político e historiador romano Sexto Aurélio Vítor (320-390), teria sido em algum ponto a nordeste da ponte, na denominada *Saxa Rubra*, a uma distância de uns 7 km do centro de Roma” (TEJA, 1982, p. 189). Constantino, portanto, estaria a poucos quilômetros de seu objetivo político-militar.

Quando se inicia o enfrentamento entre os dois exércitos, inicia também uma espécie de revolta popular na cidade, acusando Maxêncio de ser um imperador desinteressado com a segurança pública, uma vez que enquanto seus soldados combatiam, ele ainda se encontrava no circo romano, festejando os jogos em comemoração por seus cinco anos no poder. Mesmo sendo o comandante, Maxêncio teria, por causa disso, abandonado a guerra. No entanto, segundo a narrativa do autor cristão Lactancio, após saber que o povo romano passara a clamar pela vitória de Constantino, Maxêncio dirigiu-se apavorado para o campo de batalha, após ter consultado os chamados Livros Sibílicos e recebido a mensagem de que naquele dia o inimigo de Roma morreria. Ao mesmo tempo, Constantino também teria, segundo as narrativas de Eusébio e do mesmo Lactancio, recebido uma mensagem do Deus dos cristãos de que venceria a batalha caso adotasse para si um símbolo cristão que lhe fora revelado em visão, na presença de seu exército, e depois em um sonho.

Sabemos, é claro, que ambas as construções mitológicas faziam parte das narrativas daquele tempo. Não estamos aqui, portanto, interessados em afirmar ou negar a legitimidade dessas informações. Antes, nosso interesse está em pensar as estratégias utilizadas por Constantino para derrotar seu adversário. A referida revolta popular citada por Lactancio, por exemplo, tem causas que desconhecemos. Segundo Teja, ela pode ter sido iniciada “por agentes partidários de Constantino, conforme parecem sugerir os gritos da plebe. Essa suspeita se confirma no fato de que Constantino, ao tomar posse da capital, não substituiu os funcionários que ocupavam cargos importantes” (TEJA, 1982, p. 192).

A narrativa providencialista de Lactancio, que se repetiria no texto eusebiano, ganha ênfase ao afirmar que a mão de Deus (*manus dei*) se estendeu sobre as linhas

de combate que ali se travava. É curioso como Lactancio, diferentemente do que veremos na narrativa eusebiana (*História Eclesiástica* IX, 9.7), não especifica se a ponte foi feita de barcos, madeira ou pedra, tampouco detalha o que sucedera para que ela se rompesse, precipitando toda a tropa de Maxêncio, além dele próprio, no momento em que as tropas constantinianas se aproximaram, obrigando uma mudança de estratégia por parte daquele que, a princípio, tinha planejado aguardar o ataque dentro das muralhas de Roma (TEJA, 1982, p. 192-193). Lactancio apenas afirma que o exército de Maxêncio, uma vez rendido e aterrorizado, fugiu em direção à ponte que, em meio ao combate, já havia se rompido, eliminando grande parte de seus soldados nas correntezas do Rio Tibre. Além disso, Teja entende, concordando com interpretações como as de Joseph Vogt (1949, p. 163) e Moreau (1954, p. 437 e p. 440-441), que o rompimento e a resultante queda da ponte teriam ocorrido graças à traição de um ou mais membros do exército de Maxêncio (TEJA, 1982, p. 193). A ponte havia sido preparada para eliminar o exército adversário, de Constantino, e não o seu próprio exército.

Segundo Teja, é a narrativa de Eusébio que sinaliza a hipótese de que Maxêncio foi quem determinou a construção de uma ponte feita com barcos, enquanto outras narrativas como a de Zósimo (*Nova História* II, 15. 3 e 4) por exemplo, mencionam “uma ponte levadiça de madeira, que poderia ser aberta a qualquer momento, a fim de prender o exército de Constantino. Parece que tal versão foi forjada com base em uma interpretação popular da passagem de Eusébio acima mencionada” (TEJA, 1982, p. 191). Convergindo com a representação do terceiro friso constantiniano esculpido no Arco de Constantino, parece claro que a ponte se rompeu por completo, precipitando boa parte dos soldados de Maxêncio do Rio Tibre, os quais seriam levados pela correnteza. Para explicar essa divergência acerca da ponte, Teja afirma, em diálogo com Moreau e Vogt, que “o mais plausível é que Maxêncio ordenara um corte para ampliar o isolamento de Roma e que ao mudar de planos e optar pela batalha em campo aberto, substituiu pela de barcos.” (TEJA, 1982, p. 191; MOREAU, 1954, p. 437; VOGT, 1943, p. 195-198).

Acerca da queda do próprio imperador Maxêncio no Tibre, Teja destaca que há uma convergência entre o texto de Lactancio e os textos de Eusébio e do mais tardio Zósimo. Comenta o detalhe omitido por Lactancio em *De mortibus persecutorum* de que o corpo do imperador derrotado foi encontrado após a batalha e sua cabeça, após cortada, teria sido exibida ao povo de Roma, pendurada em uma lança, conforme relata Zósimo (*Nova História* II, 17.1), antes de ser levada

para o norte da África, a fim de que sua morte fosse informada e comprovada ao povo daquela região.

Após derrotar Maxêncio, Constantino e suas tropas entraram de maneira triunfal em Roma, assumindo o controle daquela cidade e daquele povo, restabelecendo o poder político do Senado, o qual lhe dedicaria, em retribuição, um arco do triunfo. Esse enredo é representado, sob diferentes perspectivas, tanto pela documentação literária como pela Cultura Material. Predomina em todas as narrativas, escritas ou não, um olhar providencialista. A diferença, contudo, é que nas representações literárias, a divindade que age em favor de Constantino é o Deus dos cristãos, enquanto que nas representações dos frisos constantinianos esculpidos no referido arco, são as deusas Roma e Vitória as únicas figuras divinas que parecem participar do processo. Sobre isso podemos concluir que tanto escritores como artistas, ao se utilizarem dessa linguagem providencialista, queriam legitimar seus próprios discursos e seus próprios olhares acerca da vitória militar de Constantino. Era comum na Antiguidade, tanto por parte de cristãos como de pagãos, que os triunfos em batalhas fossem associados à ação divina.

4 AS BATALHAS DE ADRIANÓPOLIS, HELESPONTO E CRISÓPOLIS (324): O TRIUNFO SOBRE LICÍNIO

Uma espécie de teoria político-teológica da obra *História Eclesiástica* de Eusébio (1994), embora explicitada em toda a narrativa dos seus últimos três livros, parece ainda mais notável após a elaboração de uma ideia de império cristão resultante do triunfo de Constantino sobre Licínio, em 324. Aliás, a quarta edição dessa obra teria sido elaborada pelo próprio Eusébio, sobretudo, porque houve uma reviravolta no Império, após Constantino derrotar seu cunhado Licínio, colocando fim ao sistema tetrárquico inaugurado por Diocleciano ainda na última década do século III. Portanto, o bispo de Cesareia teria trabalhado nessa nova edição após os triunfos de Constantino nas Batalhas de Adrianópolis, Helesponto e Crisópolis, todas em 324 (MIGLIORE *apud* CESAREA, 2005, p. 23). O imperador Licínio passaria a ser considerado um perseguidor dos cristãos, e, portanto, reinterpretado, obrigando Eusébio a fazer uma revisão ou, ao menos, algumas ressalvas, sempre que fosse citá-lo na *História Eclesiástica*. A *damnatio memoriae* de Licínio seria entendida

desde então como demência (μανέντα) daquele que optou por rebelar-se contra o imperador escolhido por Deus, ou seja, Constantino.

No que concerne às ações militares desse embate entre Constantino e Licínio, nos concentraremos na chamada Batalha de Adrianópolis, Helesponto e Crisópolis, tendo sido esta terceira a definitiva. Estamos tratando da derradeira etapa de lutas entre esses imperadores, os quais exerciam a função de Augusto, sendo Constantino, o Augusto do Ocidente e Licínio, o Augusto do Oriente. No contexto das lutas contra os chamados povos bárbaros, em particular os visigodos, Constantino teria em algum momento invadido territórios dominados por Licínio localizados na região da Trácia. Em conflitos anteriores ocorridos em Cíbalas entre os exércitos de Licínio e Constantino, este teria conquistado toda a Península Balcânica, mas ainda não teria conseguido conquistar a Trácia.

Para termos o mínimo de informação acerca desses frequentes conflitos entre Licínio e Constantino recorreremos à *Nova História* de Zósimo (1992), já que Eusébio é bastante superficial o tratar desse embate. Segundo Zósimo, as tropas de ambos eram compostas por cerca de 100 mil soldados. O que garantia certa vantagem às tropas de Constantino seria a experiência de muitos dos seus soldados, pois muitos já tinham lutado em outras batalhas. O autor da *Nova História* é detalhista (II, 22.1-7) ao informar que Constantino contava com 200 navios de guerra em sua frota militar, além de 30 remadores para cada embarcação. Além disso, ele possuía dois mil navios cargueiros, 10 mil homens entre cavaleiros e marinheiros, e, por fim, cerca de 120 mil homens compondo a infantaria. Já o seu adversário contava com uma frota de 350 embarcações gregas movidas por remos, sendo 80 mil enviadas pelos egípcios, 80 mil enviadas pelos fenícios, 60 mil enviadas pelos jônios e pelos dórios da Ásia, 30 mil provenientes de Chipre, 20 mil enviadas da Cária, 30 mil provenientes da Bitínia e 50 mil provenientes da Líbia, um exército de 150 mil homens compondo a infantaria e 15 mil provenientes da Capadócia e da Frígia compondo a cavalaria.

Em um cenário de indefinição por parte de ambos os imperadores, Licínio optou por permanecer acampado com seu exército no território de Adrianópolis. Por outro lado, seu adversário Constantino optaria por avançar, utilizando-se de seus barcos gregos, na direção leste, saindo da cidade grega de Tessalônica até aproximar-se à esquerda de Adrianópolis através do Rio Hevros, onde acamparia com suas tropas por um estratégico período. O exército de Licínio ocupava cerca

de 200 estádios, o que equivaleria mais de 35 km de comprimento, chegando até o ponto no qual o Rio Tonzo se encontrava com o Rio Hevros. Segundo Zósimo (1992), tanto as tropas de Licínio como as tropas de Constantino, para não arriscarem atravessar o rio e com isso se depararem com seus inimigos, optaram de uma maneira estratégica por permanecerem acampadas por um breve período até que a batalha, de maneira inevitável, se consolidasse.

Para fazer a travessia do Rio Hevros, Constantino teria então identificado um ponto estreito para fazê-la e conseguindo esconder parte de seus soldados por meio de uma colina toda arborizada, utilizando-se de alguns instrumentos para criarem a ideia de que ali se teria tentado a construção de uma ponte, ordenou a princípio que 80 cavaleiros e cinco mil arqueiros ficassem postados. Através daquele trecho mais estreito do rio, conseguiu passar com cerca de 12 mil cavaleiros, conseguindo enfim atacar o exército de Licínio. A este e suas tropas não houve alternativa a não ser fugir do combate, pois tal combate já lhe teria resultado em uma perda de aproximadamente 34 mil soldados. Constantino, então, conseguia fazer a travessia.

Na sequência, Zósimo narra informações relativas ao que resultaria na chamada Batalha de Helesponto. Foram duas lutas navais travadas em julho de 324 entre a frota de Constantino com 80 navios, sob liderança de seu filho Crispo, e uma frota superior, com 200 navios, liderada por Abanto, almirante das embarcações pertencentes ao imperador Licínio. Embora tivesse menos navios em sua frota, o filho de Constantino conseguiu se utilizar de maneira positiva da topografia estreita da região do Helesponto. Crispo, utilizando os navios menores, conseguiria afundar grande parte dos navios liderados por Abanto (ODAHL, 2004).

As embarcações de Licínio foram recuadas à extremidade leste do Helesponto, buscando refúgio e uma possibilidade de se reorganizar. O embate não estava terminado e, ciente disso, Crispo conseguiu fortalecer sua frota com navios provenientes do Mar Egeu. Licínio, mesmo tendo visto diversos dos seus navios serem afundados na primeira luta, optou já no dia seguinte, próximo à região de Calípolis, por combater novamente os navios de Constantino. No entanto, com muitos navios ainda ancorados na costa asiática, Abanto e Licínio acabaram vencidos por uma tempestade que devastaria a maioria dos seus navios restantes da primeira luta. Com isso, a vitória de Crispo em Helesponto foi inevitável. De acordo com a narrativa de Zósimo, esse último combate no Helesponto resultaria

na morte de cinco mil combatentes e na destruição de 130 embarcações (*Nova História II*, 24.2).

Graças à vitória de Crispo sobre Abanto nas batalhas navais do Helesponto, o imperador Constantino obteve condições e recursos para consolidar o seu pretendido cerco na cidade de Bizâncio, à qual ele passaria a chamar de Constantinopla a partir dos anos 330. Antes disso, porém, era preciso tomá-la e dominá-la. Diante desse cenário, seu adversário Licínio teria de pensar em novas estratégias, razão pela qual determinou que seu exército abandonasse Bizâncio, cruzasse a Calcedônia, se dirigisse até a Ásia e lá se reorganizasse, tendo em vista novos combates. Ao mesmo tempo, utilizando embarcações menores e mais leves, Constantino conduzia suas tropas até a Ásia Menor, ocupando a Bitínia, prevendo que teria de enfrentar as forças de Martiniano, um *magister officiorum* que havia poucos dias passara a compor o exército de Licínio.

A batalha final entre as tropas de Licínio e Constantino se daria em setembro de 324, em Crisópolis, próximo à cidade de Calcedônia. Ocorreria uma forte e definitiva batalha que resultaria na vitória das tropas de Constantino, eliminando cerca de 100 mil soldados de Licínio. Logo após essa vitória, Constantino e todo o seu exército seriam recebidos pelas populações de Bizâncio e de Calcedônia, enquanto Licínio, com o pouco que sobrara de sua cavalaria e sua infantaria, se dirigiria para Nicomédia (*Nova História II*, 26.1-3). O já derrotado Licínio seria convencido a entregar-se. Sua esposa Constância, irmã de Constantino apenas por parte de pai, foi quem o convenceu a entregar-se a Constantino. Este, a princípio, cumpriu o acordo que teria firmado com a irmã no sentido de poupar a vida de Licínio. Meses depois, contudo, teria ordenado a sua execução, o que também faria no ano seguinte contra o sobrinho Liciniano (GRANT, 1985, p. 46-48). Com as mortes de Licínio e de seu filho Liciniano, a partir do ano 325 era colocado um ponto final na história da Tetrarquia inaugurada décadas antes por Diocleciano, e o imperador Constantino se tornava o novo monarca do Império.

5 UMA CONTRIBUIÇÃO DA NUMISMÁTICA

Durante esse período que estamos explorando, os imperadores empenhavam-se em anular o privilégio de sangue, ou seja, os antigos líderes senatoriais eram

afastados dos comandos das legiões; o que Constantino consegue durante o seu governo, separando as funções civis e militares. A principal conquista social do século III mantém-se no século IV, isto é, a atribuição dos postos e a própria promoção baseadas apenas no mérito. Essa mudança foi influenciada em particular pela necessidade de ser mantida a ordem política, pois se temia que a ambição da classe senatorial incentivasse a tropa contra o governante. Isso leva Constâncio II (337-361) a nomear um único oficial para o comando da infantaria e da cavalaria, no Oriente, *o magister equitum et peditum per Orientem* (FERRIL, 1989, p. 59).

Os imperadores continuam sendo aclamados pelas tropas e, no século IV, se não levam seus deveres militares a sério, seu poder era efêmero. Muitas vezes, como nos casos de Juliano (361-363) e Valentiniano I (364-375), devem a proclamação às provas antes dadas de seu valor militar e não se afastam do exército, além de participarem das expedições, arriscando a vida e, no caso de Juliano contra os persas, perdendo-a.

Havia também o choque, o egoísmo ou até mesmo a rivalidade entre os conselheiros, de seus “escritórios” burocráticos, e, às vezes, entre parcelas e grupos populares. A ação militar, que pressupõe unidade de comando, estava cindida, retardada ou precipitada, por ignorância ou mesquinha da parte de homens desejosos de triunfar sozinhos. Valente (364-378) daria combate aos godos, seguindo o conselho do seu comandante em chefe, Sebastiano, diante de Adrianópolis (378), sem esperar a chegada do outro Augusto, que levava reforços. Condenado pelas circunstâncias do sistema colegial, o Baixo Império sofria os seus inconvenientes.

O exemplo numismático que daremos corresponde a uma peça de bronze muito bem conservada, com 2.45 mm diâmetro, 4.53 g, alto reverso 12 horas. Há apenas mais uma variante desta peça na coleção do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. No anverso aparece o busto de Constâncio II, filho de Constantino, à esquerda, seu nome (*Constâncio*) e título (*Augusto*). Um pouco gasta, ocorre a presença da letra N ao lado direito do retrato. O globo está ao lado do ombro direito. No reverso, um pouco danificado, à esquerda do observador, Constâncio é representado a cavalo, de armadura e lança, derrotando um suplicante inimigo ajoelhado e com os braços levantados. Atrás da representação imperial, nota-se um dos símbolos das cunhagens de Constâncio, a letra N. Existe uma estrela sobre a cabeça do cavalo. Na parte de baixo, um escudo, caído a um solo inexistente. Local de cunhagem exposto no exergo: Roma. Segundo o corpo técnico do museu, esta é uma das moedas mais raras da coleção.

Figura 1 – Identificação da moeda



Fonte: Carlan (2007b).

Número de ordem: 4

Denominação: AE centenionalis

Ano / Local: cunhada no ano de 350 em Roma.

Anverso: DN CONSTANTIVS PF AVG

Reverso: GLORIA ROMANORVM / RT

Esta moeda, além de rara e digna de destaque por estar no acervo do MHN mostra bem tantos as continuidades como as mudanças estratégicas na Antiguidade tardia. A iconografia apresenta imagens seculares: soberano com diadema (derivado de διαδέω diadéō, “preso ao redor” da cabeça); o globo; cavaleiro a subjugar inimigo desarmado e que se entrega; a estrela. Já nas inscrições, que nem tantos conseguiram ler ou mesmo entender as abreviaturas, há novidades e tradição: *Dominus Noster Constantius Pius Felix Augustus*, “Nosso Senhor Constâncio Pio e Feliz Augusto” e *Gloria Romanorum* “Gloria dos Romanos”. O uso de termos religiosos de uso muito antigo, como pius (fiel, respeitoso) e felix (fértil, abençoado por Deus com a fertilidade, daí com sorte), aplicado ao general ou ao soberano continua o caráter sagrado do poder, que respeita e, por isso, é protegido pelas forças superiores (deuses, Deus, outras). Mostra como o exército, com predomínio de não cristãos, mantinha crenças religiosas antigas. Já a referência à Glória foi introduzida por Constantino, no sentido de “este imperador é a glória, o galardão, dos romanos”, “representa o esplendor dos romanos”. Ainda aqui, os soldados são

o primeiro público, e mostra o empenho reiterado, como mencionamos acima, da obtenção do apoio das tropas para o imperador como comandante em chefe.

6 CONCLUSÃO

A história é sempre feita de continuidade e rupturas e quais delimitações são meros instrumentos analíticos, pois, como dizia Heráclito, tudo flui (“τὰ πάντα ῥεῖ καὶ οὐδὲν μένει”, *ta panta rhei kai ouden menei*, “tudo move e nada fica parado”). A estratégia tampouco escapa a isso, pois há sempre reuso e inovação, à luz de novas circunstâncias. A Antiguidade Tardia mostra bem esse processo. Neste artigo, centramos em um período crucial, quando da reorganização administrativa e militar, após as décadas de guerras civis do século III e, em particular, em Constantino, com uma coda, na forma de uma moeda de Constâncio I. Ele conseguiu estabilizar a relação entre o imperador como comandante em chefe e as tropas, o que permitiu a continuidade do Império Romano no Ocidente por algumas décadas e por séculos no Oriente. Introduziu diversas medidas para consolidar a ligação, de caráter sagrado, entre o imperador e os soldados, como atesta a inovação do termo glória, seguida já pelo seu sucessor imediato, como analisamos na moeda do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro (MHN-RJ). Mudanças mais substanciais viriam com a crescente introdução de bárbaros, em particular a partir do século V, no Ocidente. Mas, este já seria tema para outro artigo.

REFERÊNCIAS

BURY, J. B. *The Cambridge Ancient History*. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1924-1939. 12 v.

BURY, J. B. *The Cambridge Medieval History*. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1911-1936. 8 v.

CAMERON, A. *The Later Roman Empire*. London: Fontana, 1993.

CAMERON, A.; HALL, S. G. *Eusebius, life of Constantine: introduction, translation, and commentary*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

CARLAN, C. U. Coins and Power in Rome: political ideology in the 4th century. In: HERNÁNDEZ DE LA FUENTE, D. (org.). *News Perspectives on Late Antiquity*. Cambridge: [S.n.], 2011. v. 1, p. 150-157.

CARLAN, C. U. Poder, Imagem e Arqueologia: a iconografia monetária e o exército romano. *Revista História da Arte e Arqueologia*, Campinas, n. 6, ago. p. 7-14, 2007a.

CARLAN, C. U. *Moeda e poder em Roma: um mundo em transformação*. 2007. 2 v. Tese (Doutorado em História) – Unicamp, Campinas, 2007b.

CLARK, G. *Late Antiquity*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

FERRIL, A. *A queda do Império Romano: a explicação militar*. Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

FRANCO, L. Introduzione, traduzione e note. In: CESAREA, E. *Vita di Costantino*. Milano: Bur Rizzoli, 2009.

FRIGHETTO, R. *Cultura e poder na antiguidade tardia ocidental*. Curitiba: Juruá, 2000.

GRANT, M. *The roman emperors: a biographical guide to the rulers of Imperial Rome 31 b.C.-a.D. 476*. London: Barnes & Noble Books, 1985.

GURRUCHAGA, M. Introducción, traducción y notas. In: CESAREA, E. *Vida de Constantino*. Madrid: Gredos, 1994.

HEATHER, P. *The fall of the Roman Empire: a new history*, London: Macmillan Publishers, 2005. ISBN 0-330-49136-9.

ISAAC, B. The meaning of the term limes and limitanei. *Journal of Roman Studies*, n. 78, p. 125-147, 1988.

LUTTWAK, E. *The grand strategy of the Roman Empire*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1976.

MAIER, F. G. *Die Verwandlung der Mittelmeerwelt*. Frankfurt: Fischer-Weltgeschichte, 1968.

MIGLIORE, F. Introduzione. In: CESAREA, E. *Storia ecclesiastica*. 2. ed. Roma: Città Nuova, 2005. v. 1, p. 5-41.

MOREAU, J. *Lactance. De la mort des persécuteurs*. Introduction, texte critique et traduction. Paris: Éditions du Cerf, 1954. v. 2.

MOREAU, J. Pons Milvius ou Saxa Rubra? *La Nouvelle Clío*, Paris, v. 4. p. 369-373, 1952.

MORÓN, J. M. C. *Zósimo: Nueva Historia*. Madrid: Gredos, 1992.

ODAHL, C. M. *Constantine and the Christian Empire*. New York: Routledge, 2004.

O'FLYNN, J. M. *Generalissimos of the Western Roman Empire*. Edmonton: The University of Alberta Press, 1983.

PASCHOUD, F. *Zosime: Histoire Nouvelle*. Paris: Les Belles Lettres, 1971. Tome I, livres I et II.

RAMALHO, J. *Eusébio e Constantino: o início de uma igreja imperialista*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

REMESAL, J. Heeresversorgung und die wirtschaftlichen Beziehungen zwischen der Bética und Germanien. Stuttgart: [S.n.], 1997.

RODRÍGUEZ-GONZÁLEZ, J. *Historia de las legiones romanas*. Madrid: Almena Ediciones, 2003.

SIDEBOTTOM, H. *Ancient Warfare*. Oxford: Oxford University Press, 2004. 165p.

TEJA, R. *Lactancio. Sobre la muerte de los perseguidores*. Introducción, traducción y notas. Madrid: Gregos, 1982.

VELASCO-DELGADO, A. Introducción y notas. In: CESAREA, E. *Historia Eclesiástica*. Madrid: BAC, 2008.

VOGT, J. *Constantin der Grosse und sein Jahrhundert*. München: Münchner Verlag, 1949.

VOGT, J. Streitfragen um Konstantin den Grossen. *Römische Mitteilungen*, n. 58, p. 195-198, 1943.

Recebido em: 23 jan. 2021

Aceito em: 02 mar. 2021